



## Eleitos novos presidentes de dez comissões do Senado

A Comissão de Constituição e Justiça será comandada por Simone Tebet, a primeira mulher à frente do colegiado. Três comissões ainda precisam escolher seus presidentes



Jorginho Mello, eleito vice-presidente da CCJ, e Simone Tebet: senadora prometeu "ação em favor do país" e disse ter consciência de que haverá muito trabalho

**D**ez comissões permanentes elegeram ontem seus presidentes para o biênio 2019-2020. Com isso, já podem começar seus trabalhos.

A senadora Simone Tebet vai presidir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Será a primeira vez que uma mulher comandará o principal colegiado da Casa. As outras duas maiores comissões, a de Assuntos Econômicos, e a de Educação, serão presididas por Omar Aziz e Dário Berger, respectivamente.

Apenas o MDB, o PSD e o PSDB comandarão mais de uma comissão. Três colegiados ainda precisam eleger seus presidentes. **3**

### Senado nega no STF omissão sobre homofobia

Em julgamento iniciado ontem no Supremo Tribunal Federal, o Senado alegou o princípio da separação dos Poderes e a necessidade de observar o devido processo legislativo para defender a improcedência de duas ações que tratam de suposta omissão do Congresso Na-

cional em votar projeto de lei que criminalize atos de homofobia e transfobia. Uma das ações foi protocolada pelo PPS, que pede que o STF declare a omissão do Congresso por não ter elaborado lei que puna todas as formas de discriminação contra o público LGBT. **3**



O Plenário do Supremo Tribunal Federal retoma hoje o julgamento de duas ações sobre a criminalização da homofobia

### Casa não terá colegiado sobre segurança, afirma Davi

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse ontem que a Casa não deverá contar com uma comissão específica para debater segurança pública, ao contrário do que prevê projeto apresentado por Elmano Férrer. Para negar o pedido, Davi alegou que os senadores desta legislatura estão comprometidos com a racionalização do gasto público e o enxugamento da máquina do Senado. **2**

Para Davi, a criação de um colegiado específico sobre segurança não é viável



### Comissão de inquérito poderá investigar reparações a anistiados

O Senado pode ter uma CPI para investigar o pagamento de indenizações concedidas pela Comissão de Anistia. Com 30 assinaturas, 3 a mais que o necessário, o pedido foi protocolado ontem. O objetivo da comissão, de acordo com o

senador Styvenson Valentim, autor do requerimento, é garantir a transparência nos pagamentos a anistiados políticos, que já somariam R\$ 10 bilhões. Os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff são citados no pedido de criação. **4**

### CPI de Brumadinho deve ser instalada na semana que vem

A comissão parlamentar de inquérito do Senado que vai investigar o rompimento da barragem da mineradora Vale em Brumadinho deve ser instalada na semana que vem. Os partidos estão escolhendo os integrantes do colegiado.

A tragédia na cidade mineira também vai ser apurada por CPI na Câmara dos Deputados, onde foram colhidas 194 assinaturas. O mínimo necessário para instalar uma CPI na Câmara é de 171 assinaturas. **4**

Encartado na edição de hoje, o **Monitor Fiscal**

# Davi nega criação de colegiado específico para debater segurança

Para presidente do Senado, nova legislatura está comprometida com a racionalização de gastos e o enxugamento da máquina pública

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, negou ontem a criação de uma nova comissão permanente específica para tratar de segurança pública. Um projeto de resolução para criar o colegiado (PRS 39/2017) havia sido apresentado por Elmano Férrer (Pode-PI). Davi ressaltou, porém, que a nova legislatura está comprometida com a racionalização do gasto público.

— Vamos discutir na Mesa, mas o sentimento é de não criar mais uma comissão. A sugestão é muito válida, mas o sentimento da Casa é enxugar a máquina do Senado — disse.

O projeto de resolução aguarda análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Davi não descartou a criação de uma subcomissão, ligada à CCJ, para tratar do tema.

## Reformas

Davi destacou novamente o compromisso que disse notar, em todos os parlamentares, de votar as reformas necessárias para estabilizar o país, como a da Previdência, ou projetos importantes,



Em entrevista, presidente do Senado destaca o compromisso dos parlamentares de votar reforma da Previdência

como o pacote anticrime encaminhado pelo ministro da Justiça, Sergio Moro.

— Há muita especulação em relação a isso, mas o sentimento da Casa em relação à reforma da Previdência é muito positivo, porque todo mundo compreende que os estados estão quebrados, os municípios estão necessitados e o governo federal precisa dar para o Estado brasileiro uma nova alternativa, um novo caminho. E a reforma da Previdência é fundamental para diminuir distorções e desigualdades e fazer do Brasil um país mais justo — afirmou o presidente do Senado.

## Soraya Thronicke pede comissão para discutir medidas para o setor

Soraya Thronicke (PSL-MS) criticou, na terça-feira, a falta de uma comissão específica de segurança pública no Senado. Para ela, o tema merece destaque devido à importância no dia a dia dos brasileiros.

— Segurança pública é prioridade. Esta Casa não pode fechar os olhos para isso. Sem segurança, perde-se também no turismo. É preciso ainda valorizar esses profissionais.



Roque de São Agência Senado

## Área precisa de atenção especial do Senado, afirma Major Olimpio

Major Olimpio (PSL-SP) defendeu, na terça-feira, a criação de uma comissão de segurança pública permanente no Senado para que os senadores possam analisar os projetos da área.

— Que nós tenhamos uma comissão o mais breve possível, porque o governo está falando que está mandando um pacote da segurança, e nós não temos uma comissão específica para recebê-lo.



Roque de São Agência Senado

## Paim contesta MP que retira direitos previdenciários

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que a MP 871/2019 trará insegurança financeira aos trabalhadores que ficarem impedidos de exercer as atividades laborais, temporária ou permanentemente.

O objetivo declarado é combater fraudes em benefícios previdenciários, mas para o senador, a MP apenas propõe medidas de suspensão do benefício, sem assegurar formas adequadas de defesa para os trabalhadores que estejam nessa situação.

## Jayme Campos defende reformas estruturais

Jayme Campos (DEM-MT) defendeu ontem a aprovação de reformas estruturais, como a previdenciária, a tributária e a do pacto federativo, necessárias, segundo ele, para o país retomar o desenvolvimento.

O senador disse que o Brasil precisa ter um ambiente mais adequado para o empreendedorismo e para a geração de emprego e renda.



Roque de São Agência Senado

## Humberto critica projeto anticrime do governo federal

Humberto Costa (PT-PE) criticou o projeto anticrime, apresentado pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, que modifica a legislação penal.

— Os 19 capítulos do projeto são uma condensação do chamado Direito Penal de Curitiba, esse direito nascido de um conluio entre uma parte da Polícia Federal, do Ministério Público e do Judiciário que se fez superior às normas legais.



Roque de São Agência Senado

## Collor afirma que pacote de Moro é equivocado

Para Fernando Collor (Pros-AL), o pacote de medidas anticrime do governo federal é uma referência polêmica, equivocada e incompleta.

— A maior e mais grave deficiência da iniciativa é que ela passa ao largo de aspectos essenciais a uma estratégia efetiva de redução da delinquência. Manter o foco na repressão demonstra descrença nas pessoas.



Roque de São Agência Senado

## Ciro condena fim de Ministério da Segurança Pública

A extinção do Ministério da Segurança Pública foi criticada por Ciro Nogueira (PP-PI) na terça-feira. Para ele, a decisão de Jair Bolsonaro é um retrocesso.

— Se não investirmos pesadamente na segurança, vamos frustrar a população que hoje está amedrontada.

Ciro Nogueira lembrou que a questão da segurança foi o principal motivo da eleição do presidente Bolsonaro.



Roque de São Agência Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### CAS Instalação e eleição

9h Instalação dos trabalhos e eleição da presidência e vice-presidência da Comissão de Assuntos Sociais para o biênio 2019-2020.

### CRA Instalação e eleição

10h A Comissão de Agricultura instala os trabalhos e elege os seus presidente e vice-presidente para os próximos dois anos.

### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

11h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

## AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e Cidadania: [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre

**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia

**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins

**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão

**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes

**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro

**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze

**Suplentes de secretário:**

Marcos do Val, Weverton,

Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão

**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli

**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria

**Coordenador-geral:** Sílvio Burre

**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima

**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção

**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá

**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

# Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Simone é a primeira mulher a presidir a CCJ

Além da Comissão de Constituição e Justiça, outras nove comissões elegeram ontem seus presidentes, entre elas a de Assuntos Econômicos, que será presidida por Omar Aziz

DEZ COMISSÕES PERMANENTES do Senado escolheram ontem seus presidentes para o biênio 2019-2020 e já podem começar os seus trabalhos. A senadora Simone Tebet (MDB-MS) foi eleita para presidir o principal colegiado da Casa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Será a primeira vez que uma mulher comandará a CCJ.

— Hoje está sentada aqui a mulher brasileira, a mulher mais simples, a mulher letrada, a mulher mãe e a mulher política na sua essência — declarou Simone, que terá o senador Jorginho Mello (PR-SC) como vice.

A senadora prometeu uma “ação em favor do país” e disse ter consciência de que haverá muito trabalho nos próximos anos. Ela assumiu o compromisso de dirigir a comissão sem “hierarquia”, tratando todos os integrantes da mesma forma, sem levar em conta a antiguidade ou o estado. Ela também prometeu não interferir na tramitação de projetos e garantiu a definição de todas as questões por meio do colegiado, com o compromisso de imparcialidade.

## Sem disputa

Todos os presidentes e vices empossados ontem foram eleitos por aclamação, em chapas únicas e sem disputas entre as bancadas. Dos partidos representados no Senado, apenas o MDB, o PSD e o PSDB comandarão mais de uma comissão.

As Comissões de Assuntos

Sociais (CAS) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) serão instaladas hoje. A CAS será presidida pelo PODE e a CRA, pelo PSL, mas os nomes ainda não foram confirmados.

A Comissão Senado do Futuro (CSF) não tem data para ser instalada. A presidência ficará com o PRB ou o PSC.

## Economia e educação

As outras duas maiores comissões do Senado, a de Assuntos Econômicos (CAE), e a de Educação (CE), serão presididas por Omar Aziz (PSD-AM) e Dário Berger (MDB-SC), respectivamente. O vice-presidente da CAE será Plínio Valério (PSDB-AM) e o da CE, Flávio Arns (Rede-PR).

Omar Aziz disse que a comissão terá muitos debates pela frente e avisou que ouvirá todos os segmentos da sociedade para “levar as melhores propostas ao povo brasileiro” e “buscar soluções para os diversos problemas do país”. Ele adiantou que a sabatina do indicado para presidir o Banco Central, o economista Roberto Campos Neto, deverá ocorrer em 26 de fevereiro.

Já Dário Berger pediu mudanças na grade curricular do ensino fundamental e do médio de modo a atender a demanda por empreendedorismo e contribuir para o desenvolvimento. Ele também cobrou apuração dos índices de qualidade do ensino básico e manifestou intenção de ouvir na CE os ministros da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, e da Cultura, Osmar Terra.

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o senador Paulo Paim (PT-RS) foi escolhido para a presidência pela quarta vez. Ele já havia comandado o colegiado nos biênios 2007-2008, 2011-2012 e 2015-2016. O vice-presidente será Telmário Mota (Pros-RR).

— As comissões da Casa promovem, em média, 50 audiências públicas por ano. Aqui na CDH chegamos a fazer 200 audiências em um ano — disse Paim.

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) será comandada por Fabiano Contarato (Rede-ES), que se torna o primeiro representante do seu partido a presidir uma comissão permanente na Casa. O vice será Jaques Wagner (PT-BA).

Contarato cobrou a instalação de CPI para investigar o rompimento da barragem de Brumadinho (MG) e defendeu a modernização e o aumento do rigor da legislação ambiental como forma de punir os responsáveis por tragédias ambientais.

## Infraestrutura

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) será presidida pelo senador Marcos Rogério (DEM-TO), que terá como vice Wellington Fagundes (PR-MT).

Marcos Rogério afirmou que pretende “aprofundar a discussão de assuntos de importância para o país” e defendeu a aproximação de “representantes e representantes em absoluta sintonia com

a agenda de temas nacionais”.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) terá como presidente o senador Vanderlan Cardoso (PP-GO). O vice-presidente ainda não foi escolhido. Vanderlan disse que, à frente da comissão, pretende contribuir para o desenvolvimento do país.

Os senadores Nelsinho Trad (PSD-MS) e Marcos do Val (PPS-ES) foram eleitos, respectivamente, presidente e vice da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Segundo Nelsinho Trad, será feito um levantamento dos projetos que estão na comissão para eleger as prioridades.

## Transparência

O senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) foi eleito presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). O vice ainda não foi definido. No mesmo dia, a comissão aprovou requerimento de Rose de Freitas (PODE-ES) para que a CTFC convoque o presidente da Vale, Fabio Schvartsman. Ele deve prestar esclarecimentos sobre a fiscalização de empreendimentos da empresa.

Já a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) terá como novo presidente Izalci Lucas (PSDB-DF). O vice-presidente ainda não foi escolhido. Ao assumir a presidência, Izalci manifestou seu empenho para enfrentar as disparidades regionais.

## Presidentes

CCJ		Simone Tebet (MDB-MS)
CAE		Omar Aziz (PSD-AM)
CE		Dário Berger (MDB-SC)
CI		Marcos Rogério (DEM-RO)
CRE		Nelsinho Trad (PSD-MS)
CDH		Paulo Paim (PT-RS)
CMA		Fabiano Contarato (Rede-ES)
CCT		Vanderlan Cardoso (PP-GO)
CDR		Izalci Lucas (PSDB-DF)
CTFC		Rodrigo Cunha (PSDB-AL)



Na primeira reunião da Comissão de Constituição e Justiça, senadores aplaudem a escolha de Simone Tebet (3ª à dir.) para presidir o colegiado

# No STF, Senado nega omissão sobre criminalização da homofobia

O princípio da separação dos Poderes e a necessidade de observar o devido processo legislativo foram argumentos usados pelo advogado-geral do Senado, Fernando Cesar Cunha, ao defender a improcedência de duas ações que tratam da suposta omissão do Congresso Nacional em votar projeto de lei que criminalize atos de homofobia e transfobia. O julgamento começou on-

tem, no Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), e deve ser concluído hoje.

Na ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO), o PPS pede que o STF declare a omissão do Congresso por não ter elaborado legislação criminal que puna todas as formas de homofobia e de transfobia. A intenção é exigir que os parlamentares votem lei sobre a questão.

O STF também analisa mandado de injunção da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros que pede o reconhecimento de que a homofobia e a transfobia se enquadram no conceito de racismo ou, subsidiariamente, que sejam entendidas como discriminações que ferem direitos e liberdades fundamentais. A entidade sustenta que a demora do Congresso

em legislar sobre o assunto é inconstitucional, tendo em vista o dever de editar legislação criminal sobre o tema.

Na sua manifestação, o Senado alega que a ADO é improcedente, com base na legalidade penal, na separação dos Poderes e na independência do Poder Legislativo, que teria a competência jurídico-política para a matéria. Com relação ao mandado de injunção, o

Senado pede que seja extinto.

O Senado lembra que o tema está em debate com o PLS 515/2017, proposto pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O texto, que está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), inclui discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero na lei que define os crimes de preconceito de raça ou de cor (Lei 7.716, de 1989).

# Registrado pedido de CPI para investigar reparações a anistiados

Requerimento, do senador Styvenson Valentim, prevê a apuração do pagamento de valores concedidos pela Comissão de Anistia, que já somariam R\$ 10 bilhões

O SENADO PODE ter uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o pagamento de reparações econômicas concedidas pela Comissão de Anistia. O pedido foi registrado ontem por Styvenson Valentim (Pode-RN), com as assinaturas dele e de mais 29 senadores, 3 a mais que o mínimo necessário. O objetivo, segundo ele, é garantir a transparência nos pagamentos a anistiados políticos, feitos com dinheiro público.

— Ninguém está questionando o direito à anistia, ninguém está questionando um período histórico. Estamos questionando os critérios, a forma como está sendo pago — disse o senador, ao mencionar possível discrepância entre os valores recebidos por diferentes anistiados.

No requerimento para a criação da CPI, ele cita notícias veiculadas recentemente sobre o que chama de “farra” na concessão das indenizações, que já somariam R\$ 10 bilhões.

## Legalidade

Entre as pessoas citadas no requerimento, estão os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do PT. O senador afirma, no entanto, que a comissão não terá o objetivo de investigar um partido específico, mas todos os que estiverem fora da legalidade.

— Se a pessoa estiver certa, dentro da legalidade, não tem problema. Eu não vejo problema em dar esse esclarecimento à população. Se for militar, se for alguém de algum partido,



Segundo Styvenson, a CPI vai investigar todos os que estiverem fora da legalidade

independentemente de qual seja, tem que ser dada essa transparência e essa clareza para as pessoas

O requerimento prevê a conclusão dos trabalhos no prazo de até 120 dias e limite de despesas de até R\$ 30 mil. A CPI deve ser composta por dez titulares e seis suplentes.

## CPI de Brumadinho deve ter membros definidos na semana que vem

Os partidos ainda estão definindo os nomes que vão integrar a comissão de inquérito que investigará a tragédia de Brumadinho. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) informou que o colegiado vai ser instalado, no mais tardar, na próxima semana.

Diante da intenção da Câmara de também criar uma comissão para investigar o assunto, o senador afirmou que prefere uma comissão mista, com a participação de deputados e de senadores.

— Também acho que é melhor, mas, com todo respeito, não acho prudente ficar esperando a Câmara. Aqui no Senado houve acordo para instalação, não houve oposição. Não é de bom tom ficarmos aqui esperando a Câmara definir — explicou.

Na Câmara, a CPI foi sugerida por Joice Hasselmann (PSL-SP) e teve a assinatura de outros 194 deputados. O número mínimo de assinaturas exigido é de 171.

## Tragédia

O rompimento da barragem de Brumadinho ocorreu no dia 25 de janeiro e já causou a morte de 166 pessoas. Outras 155 pessoas continuam desaparecidas, conforme a última atualização.

O requerimento para criação da CPI, apresentado por Carlos Viana (PSD-MG) e Otto Alencar (PSD-BA), foi protocolado no Senado em 7 de fevereiro, com o apoio de 42 senadores. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre, leu o documento em Plenário na terça-feira.

## Leila quer tramitação conjunta de projetos

Leila Barros (PSB-DF) pediu apoio ontem, em Plenário, para requerimento que permite a tramitação conjunta das propostas que ampliam o rigor para segurança de barragens e proteção da população e do patrimônio.

A senadora informou que apresentou um projeto (PL 550/2019) sobre segurança de barragens, inspirado em proposta do ex-senador Ricardo Ferraz que foi desarquivada na terça-feira.



Roque de S/A Agência Senado

## Mineradora deve cobrir prejuízos, avalia Randolfe

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) pediu, em pronunciamento na terça-feira, que os agentes públicos do Amapá se unam para exigir das mineradoras Zamin Ferrous e Anglo American o pagamento de indenização pelos prejuízos causados ao estado com o desabamento do porto de exportação de minério da cidade de Santana, em 2013. O senador informou que, na segunda-feira, ocorreu um novo desabamento.



Roque de S/A Agência Senado

## Eliziane critica ministro do Meio Ambiente

Eliziane Gama (PPS-MA) criticou ontem o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que demonstrou desconhecer a importância de Chico Mendes em participação em programa da TV Cultura.

Segundo ela, todos sabem o valor que Chico Mendes teve para a política ambiental nacional e internacional.

— Ouvir declarações equivocadas de quem a gente espera trabalhar pelo Brasil é algo que nos traz muita tristeza.



Roque de S/A Agência Senado

## Zequinha Marinho pede regulação da Lei Kandir

Zequinha Marinho (PSC-PA) criticou terça-feira a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) em acabar com a compensação aos estados do ICMS oriundo da isenção nas exportações de commodities, prevista na Lei Kandir.

— Assusta muito quando uma instituição da envergadura do TCU vem a público dizer que a União não precisaria compensar estado nenhum em função da Lei Kandir. É absurdo.



Roque de S/A Agência Senado

## Lasier diz que União deve a estados exportadores

Lasier Martins (Pode-RS) pediu ontem, em Plenário, que a Câmara dos Deputados vote a proposta elaborada pela Comissão Mista Especial da Lei Kandir que regulamenta a lei, de 1996.

— Há verbas que não são pagas desde 2003 aos estados exportadores, em torno de R\$ 600 bilhões. A União não tem obrigação de pagar indenizações atrasadas simplesmente porque jamais houve a regulamentação da lei.



Roque de S/A Agência Senado

## CBF tem culpa por incêndio, afirma Romário

Romário (Pode-RJ) responsabilizou a CBF e a Federação de Futebol do Estado do Rio pelo incêndio que causou a morte de dez jovens no centro de treinamento de futebol do Flamengo.

— A CBF ignora o patrimônio humano para ficar de olho no lucro, na ganância. A CPI do Futebol nesta Casa, presidida por mim, identificou indícios criminosos naquela entidade executados como uma quadrilha.



Roque de S/A Agência Senado

## Veneziano: tragédias são fruto de negligência

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) disse ontem que o rompimento da barragem em Brumadinho e o incêndio no CT do Flamengo foram provocados pelo não cumprimento das regras básicas de segurança previstas na legislação. Para ele, as leis já preveem regras para evitar esses tipos de desastres.

— O que falta mais ao país é fazer cumprir o que já existe no regramento do direito positivo nacional.



Roque de S/A Agência Senado

## Mecias cobra ajuda para crise que assola Roraima

Mecias de Jesus (PRB-RR) cobrou ontem providências do governo federal para a crise humanitária resultante da imigração de venezuelanos para Roraima.

Segundo ele, as ruas de Boa Vista viraram “circo de horrores”. A grande quantidade de refugiados e a falta de estrutura fizeram com que a criminalidade crescesse, ressaltou. Para o senador, no entanto, o “Brasil não pode, não deve e nem tem como pagar” o preço da crise.



Roque de S/A Agência Senado

## Lucas critica ações contra crescimento do Amapá

Lucas Barreto (PSD-AP) criticou ações em defesa da preservação ambiental no Amapá, que, para ele, têm dificultado o crescimento econômico do estado.

— Fomos levados por uma falsa e vaga promessa de pensarmos globalmente e que as ONGs, o Estado brasileiro e os países ricos nos ajudariam em nosso desenvolvimento sustentável pela via compensatória. Foi, certamente, o maior “fake ecoplanetário”.



Roque de S/A Agência Senado

## Rodrigo pede FGTS para vítimas de tremor de terra

Em discurso no Plenário ontem, Rodrigo Cunha (PSDB-AL) solicitou ao governo federal rapidez na liberação do FGTS de moradores do bairro do Pinheiro, em Maceió, que foi atingido no ano passado por tremores de terra que causaram rachaduras em imóveis e fissuras em ruas.

— O FGTS dá um alívio imediato, faz com que a pessoa possa, de repente, até comprar outro imóvel em outra localidade. O governo já liberou o aluguel social. Algumas pessoas conseguiram ter acesso, outras, não.

## Reguffe defende fim de impostos sobre remédios

Reguffe (sem partido-DF) pediu ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que coloque em pauta proposta de sua autoria que proíbe a tributação de remédios de uso humano no Brasil. Na legislatura passada, a PEC 2/2015 foi aprovada na CCJ e agora tem que passar por duas votações no Plenário.

— É uma matéria muito importante para a população e vai aliviar o bolso de muitas pessoas neste país.



Roque de S/A Agência Senado